



Anais da Assembléia

ANO XI CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1985 N. 150

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 129ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1985

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Péricles Pacheco.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielso Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabiño Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tugúio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rosalina Manfrin Scolari, no Município de Fênix.

A extinta, pessoa de grande estima na sociedade de Fênix, deixa viúvo o Sr. Bruno Scolari, entre eles o Sr. Hermínio Scolari, ex-Prefeito de Fênix e vários netos.

Seu passamento ocasiona lacuna irreparável face aos dotes morais de mãe de família e pessoa sempre voltada aos interesses de seus semelhantes.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não há oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes.

Concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PCB. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PFL. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDT. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PMDB. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

côm a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 244/85, que objetivava alterar dispositivos da Lei n. 7297, de 08/01/80 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná) e adotar outras providências. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n. 102, de 02 de outubro de 1985).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 336/85, que institui, na forma do inciso III, do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentado, pelo art. 2º da Emenda Constitucional 27, de 28/11/85, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). — **Aprovado. (Publicado no D.A. n. 143, Mensagem n. 230, de 11 de dezembro de 1985).**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 341/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 239/85), que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, com vista a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade, em **REGIME DE URGÊNCIA**.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Caíto Quintana, em número de 03, devidamente apoiada, nos seguintes termos

OR
CAI
EMENDA SUPRESSIVA DE N. 01 AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 341/85

Art. — Suprimase Art. 1º, do Projeto de Lei Complementar n. 341/85 o Art. 45.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoiamentos: Anibal Khury, Péricles Pacheco, Ivan Gubert e Adhail Sprenger Passos.

OR
CAI
EMENDA N. 02

Art. 1º — O Art. 45 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 45 — Os ocupantes das carreiras policiais civis previstas no artigo 13 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, poderão ser promovidos à classe final por antiguidade ou merecimento.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

O policial civil que tiver chegado à penúltima classe na respectiva carreira já demonstrou sobejamente ter todo o merecimento para ascensão obtida, mesmo tendo sido ela pelo critério de antiguidade, daí não justificar-se que a promoção para a classe final seja alcançada apenas pelo critério do merecimento e não pelo tempo de serviço prestado à comunidade nas relevantes tarefas da segurança pública que envolve sempre elevado grau de risco.

EMENDA N. 03

Art. 1º - O § 1º do Art. 86 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º - A Gratificação de Representação fica atribuída aos integrantes das carreiras policiais previstas no artigo 13, desta Lei, assim fixados:

- I. 170% (cento e setenta por cento), para o Delegado de Polícia;
- II. 60% (sessenta por cento) para o Médico Legista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista;
- III. 45% (quarenta e cinco por cento) para as demais carreiras.

Sala das Sessões, em 20 de dezembro de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Como justificação à presente emenda, anexamos cópia do expediente encaminhado ao Governador do Estado pela Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Estado do Paraná, como segue:

Excelentíssimo Senhor Doutor José Richa
Digníssimo Governador do Estado do Paraná.

OS DELEGADOS DE POLÍCIA DE CARREIRA DO PARANÁ, têm a honra de vir, em nome da compreensão e senso de justiça que orientam os atos de Vossa Excelência, solicitar respeitosamente, lhes seja concedido o

AUMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA 170\$ (CENTO E SETENTA POR CENTO)

tal como está em vias de ser concedido aos Juizes, Promotores de Justiça e membros do Tribunal de Contas, como forma de recompor aquilo que o longo período de inflação retirou dos vencimentos, restabelecendo uma remuneração mais digna, em que pesem os reconhecidos esforços do governo de Vossa Excelência no sentido de mitigar o problema através de reajustes semestrais.

Do benefício não se pode excluir os Delegados de Polícia, sob pena de rompimento da unidade do sistema constituinte e mantenedor da justiça e da ordem, formada pela tríade: Juiz, Promotor e Delegado.

No desenvolvimento da justiça e da ordem todos eles laboram em conjunto e destacadamente em fases próprias: o Delegado na preliminar, produzindo e consolidando as provas, sem as quais processo algum subsiste, o Promotor na seguinte, impulsionando o processo e fiscalizando a lei e, na última, o Juiz aplicando a lei.

Mais amplamente, o Delegado mantém a ordem e a segurança pública, prevenindo e reprimindo as infrações penais.

Sobre a atuação do Delegado, o Promotor realiza a defesa

da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade. Firmado no trabalho de ambos, o Juiz administra e distribui a justiça. Por fim, completa a etapa volta ao Delegado a atuar como uma longa mão da justiça ao assegurar a aplicação da lei que deve culminar com a ordem e segurança da comunidade, verdadeiro corolário de justiça.

Evidencia-se, pois, uma unidade indissociável no universo da prestação de justiça e manutenção da ordem e segurança.

Por isso, os motivos que levam aquelas nobres classes a postular a vantagem, são os mesmos dos Delegados de Polícia.

Com efeito, nada há que imponha distinção ao critério concessivo. Há características diferenciadas nas atividades. Isto, entretanto, não sobreleva uma categoria a outra.

Mas, é inegável que os Delegados de Polícia representam o poder estatal de polícia: judiciária e administrativa.

A eles é delegado o poder, tal como se infere, etimologicamente, da designação profissional Delegado de Polícia.

Os requisitos para o ingresso na carreira são os mesmos que dos Juizes e Promotores: o curso de Direito e o concurso público de provas e títulos.

Quanto ao regime de trabalho, dos Delegados se exige dedicação exclusiva e, na linha de frente, o dia e a noite se confundem.

O tempo de lazer ou dedicado à família fica sempre condicionado às exigências primeiras da comunidade.

É conhecida a responsabilidade do Delegado, como ainda se procura explicar.

Não só faz investigações, preside audiências ou elabora inquéritos.

Desempenha função judiciária nos processos sumários e contravencionais, consoante o princípio constitucional ou contraditório.

Preside e julga feitos administrativos.

Gera pessoal, instalações e equipamentos. Administra cadeias e mini-presídios e atende presidiários, atribuição das mais espinhosas e originariamente afeta à Secretaria da Justiça.

Comanda a identificação civil e criminal e a ordem social, esta expressa na concessão de alvarás e fiscalização de hotéis, diversões públicas, armamentos, meio-ambiente, vigilância bancária, etc.

Arrecada tributos, através do FUNRESPOL, qual órgão Auxiliar da Secretaria das Finanças, se auto-equipa e provê recursos para construção de Delegacias, poupando o Tesouro Geral do Estado.

Supervisiona atos dos Institutos Médico Legal e de Criminalística, na medida em que necessita de provas.

Exerce assistência social ao amparar necessitados e encaminhá-los ao atendimento adequado.

Obriga-se a se desdobrar na faina diária, como se adjunto também fosse, considerando que sequer todas as 19 Subdivisões Policiais têm adjuntos.

Das 309 Delegacias do Interior, 131 são sedes de Comarca, cujos titulares avocam inquéritos e supervisionam as de menor categoria, por falta de profissionais nestas.

Afirmar que o Delegado de Polícia, especialmente no Interior, está de plantão 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, não é exagero.

Não conta com o apoio dado a Juizes e Promotores; como substitutos e adjuntos, notadamente no Interior.

É normal que deixe de gozar o direito de um mês de férias ao ano, por absoluta necessidade de serviço, quando Juizes e Promotores de Justiça, indefectivamente têm dois meses de

férias por ano, ocasiões em que são substituídos, sem mencionar o recesso forense.

Perigosa e sumamente estressante é a função policial.

Segundo cálculos, e sem invocar concessões liberais trabalhistas, trabalha-se, ao final de 35 anos de serviço, 45 anos efetivos.

Seja permitido, ainda, dizer que do seu salário deverá o Delegado retirar o aluguel da casa, no lugar onde for designado. Ante à sua inegável representatividade no meio social, não lhe convém se alojar em qualquer cômodo barato.

O cargo pede sacrifícios, despojamento e exige dignidade.

Por outro lado, é útil lembrar que o primeiro órgão, o que antes representa o Estado para o indivíduo, na busca de defesa para seus interesses, é a Polícia. Ela é o primeiro e o mais avançado posto da Administração a absorver a torrente de problemas sociais que hoje inunda as delegacias. Eis por que é sempre vigiada pela imprensa.

Por todas as razões, Estados da Federação mais amadurecidos no entendimento, concedem aos Juizes, Promotores de Justiça e Delegados de Polícia, vencimentos próximos. Compreendem, no mais, que agindo com equidade, fixarão o profissional na carreira, evitando desvios vocacionais por vencimentos diferenciados, entre profissionais da mesma formação.

Nesse sentido, o Governo José Richa, no delineamento das diretrizes de governo na área de segurança, vem afirmando tratamento igualitário.

Vossa Excelência, tem manifestado admiração pela importância e regime de trabalho de Juizes, Promotores de Justiça e Delegados de Polícia, asseverando que não podem ser confundidos com funcionários burocráticos comuns, de nível superior. A eles acenou, com simpatia, seus propósitos de melhor remunerar.

Senhor Governador:

Os Delegados de Polícia de Carreira do Paraná, desde logo, desejam ressaltar que a finalidade deste não é de reclamar da política de vencimentos, sempre no limite do possível para a todos bem remunerar. Nesta oportunidade, externam o reconhecimento pelo muito que Vossa Excelência fez e pelo franqueamento ao diálogo aberto.

Todavia, não desejam ficar à margem dos benefícios que a outros forem concedidos. Bem entende Vossa Excelência não ser isto ganância mas necessidade de sobrevivência.

A gratificação de representação atual é de 60%, como outros cargos de regime comum também a tem. No governo anterior foi de 30%. O aumento de mais 30% dado por Vossa Excelência foi festejado. Mas, os tempos mudam e a inflação destrói conquistas sofridas.

A classe chegou ao consenso unânime de que algo deve ser

feito e o momento é este.

Conscientes de que a reivindicação está em boas mãos, confiam na obtenção do que pleiteiam, aguardando a concessão do percentual da gratificação prevista no artigo 86, "caput", da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, de 60% (sessenta por cento) para 170% (cento e setenta por cento) com base nas justificativas expostas.

Reiterando o apoio integral da classe, manifestam a disposição de sempre colaborar para a plenitude do sucesso do governo conduzido por Vossa Excelência.

Curitiba, 25 de abril de 1985

(aa) VALDECI CHALEGRE DOS SANTOS
Presidente em exercício da ADEPOL - PR
Associação dos Delegados de Polícia de
Carreira do Estado do Paraná

A aprovação da Emenda do Deputado Caíto Quintana prejudica a Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Em votação a Emenda do Deputado Caíto Quintana.

Aprovada.

Em votação a Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

ra. — **Reportada.**

Em votação o Projeto. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 342/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 240/85), que objetiva alterar redação da tabela de escalonamento vertical de que trata o art. 107, da Lei n. 6417 de 03/07/73, modificada pelas Leis n. 6839 de 22/11/76, 7540 de 08/12/81 e 7637 de 10/09/82, que trata da fixação do soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosalina Manfrin Scolari, no Município de Fênix. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 341/85 e do Projeto de Lei n. 342/85.

Levanta-se a sessão.